

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.300 - SP (2019/0263660-3)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : YVELIZE OFELIA COELHO DE OLIVEIRA BORGES
ADVOGADOS : RUDI MEIRA CASSEL - DF022256
TAIS NUNES SOARES - SP322047
AGRAVADO : UNIÃO
INTERES. : MARIA KATSUE ABE
ADVOGADO : CRISTIANE FERRAZ DE CAMARGO - SP236754
INTERES. : MARIA DO SOCORRO MALTA VILA NOVA
ADVOGADOS : KLEBER VILA NOVA - SP206190B
DARWIN GUENA CABRERA - SP218710
INTERES. : NORMA VIANA DA CRUZ MATTOS
INTERES. : NEI HAMILTON FERNANDES SILVA
INTERES. : MIRIAM MARTINS RODRIGUES
INTERES. : WALTER RIBEIRO DA ROCHA
ADVOGADO : RUDI MEIRA CASSEL - DF022256

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por **Yvelize Ofelia Coelho de Oliveira Borges** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fl. 364):

AGRAVO LEGAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO. ARTIGO 20, § 4º, CPC/73. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Os honorários devem ser fixados em quantia que valorize a atividade profissional advocatícia, homenageando-se o grau de zelo, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, tudo visto de modo equitativo.

2. No caso concreto, o cerne da controvérsia diz respeito à incorporação do reajuste de 11,98%, relativo à indevida conversão da importância recebida pelos autores, servidores públicos federais, de Cruzeiros Reais para URVs, não se tratando de caso de grande complexidade. Assim, considerando a baixa complexidade da causa, é razoável a sua manutenção em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC/73.

3. Agravo legal a que se nega provimento.

Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 377/383).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta ofensa aos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II do CPC/15 e 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73. Sustenta, em síntese: (I) tese de negativa de prestação jurisdicional e; (II) "*o acórdão desconsiderou que o percentual de honorários deve ser fixado entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor da condenação, já que o § 4º não inviabiliza a utilização dos percentuais e da base de cálculo previstos no § 3º do art. 20 do CPC (atual §2º e §3º do art. 85 do CPC/2015). E desconsiderou que não existe qualquer regra que excepcione esse critério, muito menos jurisprudência consolidada no sentido de que tal parâmetro não deve ser observado em casos da espécie, afigurando-se absolutamente equivocada a decisão ora impugnada. E conquanto se admitisse a fixação dos honorários em valor inferior ao parâmetro estabelecido no § 3º do art. 20 do CPC, não seria razoável a fixação da aludida verba no montante R\$ 2.000,00, sendo claramente irrisório o valor fixado a título de honorários, não se observando os critérios da equidade e da proporcionalidade, assim como das normas previstas nas alíneas do § 3º c/c § 4º do art. 20 do CPC/1973 (atual §2º e §8 do art. 85 do CPC/2015).*" (fl. 398).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não merece prosperar.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, no que diz respeito aos honorários advocatícios, a orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal é firme no sentido de que o marco temporal, para a incidência do novo estatuto processual, no que se refere aos honorários advocatícios sucumbenciais, é a data da sentença.

A propósito, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MARCO TEMPORAL

PARA A APLICAÇÃO DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTE. IMPUGNAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE VERBA HONORÁRIA. MAJORAÇÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O recorrente alega que não há falar em direito adquirido a fim de conclamar incida o Novo Código de Processo Civil apenas às demandas ajuizadas após a sua entrada em vigor (conforme decidido pelo Tribunal a quo), porquanto, consoante estabelecido no artigo 14 do NCPC, o novel diploma normativo processual incidirá imediatamente aos processos em curso.

2. A jurisprudência desta Corte tem entendido que o marco temporal que deve ser utilizado para determinar o regramento jurídico aplicável para fixar os honorários advocatícios é a data da prolação da sentença, que, no caso, foi na vigência do Código de Processo Civil de 1973. Precedente: REsp 1.636.124/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 27/04/2017.

3. Nesse contexto, sobrepõe-se o entendimento consolidado neste Tribunal, no sentido de que salvo as hipóteses excepcionais de valor excessivo ou irrisório, não se conhece de recurso especial cujo objetivo é rediscutir o montante da verba honorária fixada pelas instâncias de origem, a teor do enunciado nº 7, da Súmula do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1657177/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 23/08/2017)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EMBARGOS À EXECUÇÃO. COMPENSAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA. POSSIBILIDADE. MARCO TEMPORAL. SENTENÇA PROLATADA NA VIGÊNCIA DO CPC/73. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 306 DO STJ. PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DO ART. 85, § 14, DO NCPC. ARTIGO NÃO PREQUESTIONADO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO COM APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O art. 85, § 14, do NCPC, diversamente do que afirmam os agravantes, não foi objeto de debate nas instâncias ordinárias e,

Superior Tribunal de Justiça

de fato, não poderia ter sido, uma vez que a nova lei processual civil não se encontrava em vigor, o que atrai a aplicação das Súmulas nºs 282 e 356 do STF.

3. Esta Corte assentou entendimento no sentido de que em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar-se o direito adquirido, as normas sobre honorários advocatícios não são alcançadas por lei nova. A sentença, como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015.(REsp 1465535/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 22/8/2016) 4. Na lide examinada os honorários foram fixados pela sentença sob a vigência do CPC/73, sendo possível, portanto, a aplicação da Súmula nº 306 do STJ.

5. Agravo interno não provido com aplicação de multa.

(AgInt no AREsp 1034509/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 13/06/2017)

Assim, tendo sido a sentença do presente processo publicada na vigência do CPC/73 (fl. 113), é aplicável ao caso o entendimento consolidado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento pelo rito previsto artigo no artigo 543-C do Código de Processo Civil, segundo o qual, *"vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade"* (REsp nº 1.155.125/MG, Relator Ministro Castro Meira, DJe de 06/04/2010).

Em reforço:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA SUCUMBENTE. OBSERVÂNCIA DO RESP 1.155.125/MG, JULGADO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC/1973.

1. Na forma da jurisprudência do STJ, vencida a Fazenda Pública, para a fixação do quantum dos honorários advocatícios, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto em face das circunstâncias previstas no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, utilizando-se do juízo de equidade e podendo adotar como base de cálculo o valor da causa, o valor da condenação ou mesmo arbitrar valor fixo, não ficando adstrito aos percentuais legalmente previstos. Tal posicionamento já foi firmado, inclusive, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 (REsp

Superior Tribunal de Justiça

1.155.125/MG, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 6/4/2010).

2. No caso em apreço, considerando que os embargos à execução opostos pelo contribuinte tramitam desde o ano 2008 e somente nesta Corte obteve a procedência para o cancelamento da dívida tributária ali questionada (R\$ 3.063.095,91), não há falar em exorbitância da verba honorária fixada em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pois adequada à remuneração dos trabalhos desenvolvidos pelos patronos da parte ora agravada.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1420126/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/1/2016, DJe 18/10/2016)

Diante desse contexto, a jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, pois tal providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos.

No caso, o Tribunal de origem manteve os honorários sucumbenciais fixados pela sentença em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), considerando que "*os honorários devem ser fixados em quantia que valorize a atividade profissional advocatícia, homenageando-se o grau de zelo, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, tudo visto de modo equitativo. Desta feita, considerando a baixa complexidade da causa, entendendo razoável a sua manutenção em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art.20, § 4º, do CPC/73.*" (fl. 360).

Dessarte, não configurada a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte, não se mostra possível a majoração dos honorários advocatícios pleiteada pela parte ora agravante.

A propósito, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO

Superior Tribunal de Justiça

ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A revisão do valor dos honorários advocatícios arbitrado, é, em princípio, vedado nesta instância, à luz da Súmula 7/STJ. Como cediço, é admitida sua revisão por esta Corte quando o valor arbitrado extrapola os limites da razoabilidade, o que, todavia, não se verifica no presente caso.

2. A tese jurídica veiculada nas razões do regimental não é capaz de modificar o posicionamento anteriormente firmado no decisum ora impugnado, que persevera, na íntegra, por seus próprios fundamentos.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 171.013/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 13/03/2013) si,

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sérgio Kukina
Relator